



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense
Corregedoria

RELATÓRIO DE GESTÃO DE RISCOS

Unidade	Reitoria
Setor(es)	Corregedoria
Responsável(is) pelo(s) Setor(es)	Sandra Mara Valerius

Processo:	Gestão da Corregedoria
Subprocesso:	Ilícitos Administrativos Disciplinares

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA:

Manual Prático em Gestão de Riscos de Ilícitos Disciplinares da CGU; Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/IFC); Planejamento Estratégico do IFC; Política de Gestão de Riscos do IFC – Resolução Consuper Nº 19 de 25/04/2019, alterada pela Resolução nº 28 de 08/06/2019;

DESCRIÇÃO DO SETOR: A Corregedoria do IFC é uma unidade de correição instituída vinculada ao Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, conforme o Decreto nº 5.480/2005, e subordinada administrativamente ao Gabinete da Reitoria. Criada pela Resolução CONSUPER nº 055/2016, atua com autonomia e independência, garantindo a integridade e a legalidade das atividades disciplinares no âmbito do Instituto Federal Catarinense (IFC). Sua principal função é a prevenção, detecção e apuração de irregularidades disciplinares e administrativas cometidas por servidores públicos e pessoas jurídicas no âmbito do IFC.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS VINCULADOS:

Objetivo 13 Aprimorar a governança institucional

Link (site ou documento eletrônico compartilhado) com o fluxo do processo.	Vide: Fluxos e Guia de Procedimentos Correcionais e Administrativos .
---	---

FLUXO DO PROCESSO (quando ainda não existir fluxo institucional ou no Campus/Reitoria, publicado)

Etapa	Atividade	Setor
1	Fluxos constantes nos links acima.	Corregedoria

Servidores participantes:	Lupércia Colossi Dal Piaç e Sandra Mara Valerius
Coordenação(ões)/Diretoria(s):	Coordenadora de Processos Correcionais e Corregedora Titular
Subprocesso:	Ilícitos Administrativos Disciplinares (Gestão Correcional)
Método para identificação dos riscos:	Análise SWOT

IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS

Fontes de risco: Pessoas; Processos; Sistemas; Infraestrutura Física; Tecnologia; Governança; Planejamento; Eventos externos.

Riscos Inerentes				Avaliação do Risco			
ID	Riscos	Causas	Consequências	Probabilidade	Impacto	Nível	Definição
R#1	Sobrecarga de trabalho e insuficiência de pessoal	Aumento das demandas sem ampliação da equipe; dificuldades na designação de servidores para comissões.	Atraso na tramitação de processos, risco de prescrição, queda na qualidade das análises.	3	2	6	Média
R#2	Falta de capacitação contínua dos servidores da Corregedoria e das comissões processantes	Limitação de orçamento para treinamentos; ausência de programas internos de capacitação.	Erros formais e materiais em processos, maior chance de nulidades e reversões.	2	2	4	Média
R#3	Baixa padronização de fluxos e procedimentos internos	Falta de normativos internos atualizados e de guias operacionais.	Inconsistências na condução dos processos e maior risco de decisões desalinhadas à legislação.	1	2	2	Baixa
R#4	Dificuldade na disseminação da cultura de integridade e prevenção de ilícitos	Ausência de programas educativos sistemáticos e comunicação ineficaz com a comunidade acadêmica.	Maior incidência de ilícitos disciplinares por desconhecimento das normas.	3	5	15	Extremo
R#5	Desafios no equilíbrio entre transparência e sigilo processual	Conflito entre os princípios da publicidade e proteção de dados sensíveis.	Risco de exposição indevida de informações sigilosas e descumprimento da LGPD.	1	4	4	Média
R#6	Prescrição de prazos processuais	Falhas no monitoramento dos prazos, atraso na instauração e tramitação dos processos.	Extinção da punibilidade, enfraquecimento da autoridade disciplinar da instituição.	2	5	10	Alta
R#7	Inconsistências na fundamentação das decisões disciplinares	Falta de análise aprofundada de provas; deficiências na qualificação técnica das comissões processantes.	Nulidade de processos, reversão judicial de penalidades aplicadas.	1	5	5	Média
R#8	Conflitos de interesse na atuação de membros das comissões	Designação de servidores sem critérios objetivos ou com proximidade com os envolvidos.	Fragilidade na imparcialidade das decisões, questionamentos sobre a legitimidade das punições.	1	3	3	Média
R#9	Falta de adesão às diretrizes da CGU e normativos internos	Atualizações normativas não disseminadas adequadamente para a equipe.	Desalinhamento da atuação correcional, risco de recomendações corretivas por órgãos de controle.	1	2	2	Baixa
R#10	Baixa efetividade das medidas sancionatórias	Penalidades brandas ou ineficazes; reincidência de condutas ilícitas.	Desmotivação de servidores corretos, aumento da impunidade institucional.	2	3	6	Média
R#11	Interferências externas na condução dos processos	Pressões institucionais ou políticas sobre as comissões disciplinares.	Comprometimento da imparcialidade e credibilidade da Corregedoria.	1	3	3	Média
R#12	Inadequação no tratamento de denúncias recebidas	Falta de critérios técnicos na triagem de denúncias; falhas na comunicação com a Ouvidoria.	Arquivamento indevido de denúncias relevantes ou instauração de processos sem justa causa.	1	3	3	Média
R#13	Uso indevido de informações sigilosas	Vazamento de documentos; exposição de dados sigilosos dos envolvidos.	Danos à imagem da instituição, responsabilização por descumprimento da LGPD.	1	5	5	Média
R#14	Falta de monitoramento dos Termos de Ajustamento de Conduta (TACs)	Ausência de controles internos para verificar o cumprimento das obrigações assumidas nos TACs.	Descumprimento de medidas corretivas, impunidade e reincidência de condutas irregulares.	2	3	6	Média

R#15	Baixa efetividade das investigações preliminares sumárias (IPS)	Falta de metodologias de apuração estruturadas; ausência de capacitação específica para investigação preliminar.	Investigações superficiais, perda de provas e inviabilidade de instauração de PAD.	2	3	6	Média
R#16	Baixa efetividade na condução dos processos administrativos disciplinares (PAD)	Falta de capacitação das comissões processantes; ausência de normativos internos claros; demora na tramitação.	Risco de nulidade processual, prescrição de prazos e aumento da sensação de impunidade.	2	3	6	Média
R#17	Falhas na elaboração do relatório final do PAD	Fundamentação insuficiente ou inadequada; ausência de análise detalhada das provas; falta de clareza na recomendação de penalidades.	Nulidade processual, reversão de penalidades e aumento do risco de judicialização.	2	4	8	Alta
R#18	Inadequação da publicidade dos atos processuais	Falta de diretrizes sobre quais informações podem ser divulgadas e em que momento.	Exposição indevida dos envolvidos, descumprimento da LGPD e possíveis ações judiciais contra o IFC.	1	3	3	Média
R#19	Escassez orçamentária	Possíveis cortes no orçamento; falta de repasse de recursos; alocação orçamentária inadequada e baixa prioridade na execução das atividades correcionais.	Impacto na implementação de melhorias e na capacitação da equipe.	2	3	6	Média
R#20	Aplicação de sanção disciplinar prescrita	Parecer inconcluso e morosidade processual.	Nulidade do ato; prejuízo ao erário e possíveis ações indenizatórias.	1	5	5	Média

MATRIZ DE RISCOS (MAPA DE CALOR)

Legenda Nível de Risco		Probabilidade				
		1 Muito Baixa	2 Baixa	3 Média	4 Alta	5 Muito Alta
Impacto	5 Muito alto	R#7R#13R#20	R#6	R#4		
	4 Alto	R#5	R#17			
	3 Médio	R#8R#11R#12R#18	R#10R#14R#15R#16R#19			
	2 Baixo	R#3R#9	R#2	R#1		
	1 Muito Baixo					

IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES EXISTENTES

ID	Riscos Prioritários	Avaliação do Risco Inerente			Controles existentes	Eficácia do Controle	Multiplicador do Risco Inerente	Nível do Risco Residual
		Probabilidade	Impacto	Nível do Risco Inerente				
R#4	Dificuldade na disseminação da cultura de integridade e prevenção de ilícitos	3	5	15	Publicação de cartilhas e materiais educativos. Atuação conjunta com a UGI para fomentar ações de integridade.	Fraco	10,5	Risco Alto
R#6	Prescrição de prazos processuais	2	5	10	Uso do e-PAD para controle dos prazos processuais. Monitoramento manual dos prazos críticos. Priorização de processos com risco de prescrição.	Mediano	4	Risco Baixo
R#17	Falhas na elaboração do relatório final do PAD	2	4	8	Modelos padronizados de relatórios para as comissões. Capacitação de membros das comissões. Suporte da Procuradoria Jurídica em casos complexos.	Fraco	5,6	Risco Médio

RESPOSTA AOS RISCOS RESIDUAIS (quando houver riscos residuais a serem tratados)

Data da reunião:	Realização de reuniões bimestrais da equipe interna da Corregedoria para analisar e desenvolver estratégias para eliminar os riscos residuais.
Servidores participantes:	Lupércia Colossi Dal Piaç e Sandra Mara Valerius
Coordenação(ões)/Diretoria(s):	Coordenação de Processos Correcionais e Corregedora Titular

NOVAS OPÇÕES DE TRATAMENTO

ID	Riscos	Nova opção de tratamento	Relação Custo-benefício \$\$	Prazo e responsável (Mês/Ano) e setor
R#4	Dificuldade na disseminação da cultura de integridade e prevenção de ilícitos	Ampliação do Programa Trilhas da Correição. Capacitação para gestores. Campanhas educativas contínuas. Promoção de eventos e capacitação em parceria com a CGU.	Médio-Alto: Exige investimento inicial, mas gera impacto duradouro na redução de ilícitos.	Até Dezembro/2025: Corregedoria e Unidade de Gestão de Integridade (UGI), com participação da CGU.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS

Periodicidade de monitoramento	Semestral
Link da planilha pública de monitoramento da Gestão de Riscos	https://corregedoria.ifc.edu.br/

Local e data:	Blumenau, SC, 4 de fevereiro 2025.
Assinaturas eletrônicas:	Lupércia Colossi Dal Piaç e Sandra Mara Valerius

Quadro 1 – Escala de Probabilidade			Quadro 2 – Escala de Impacto		
Descrição	Frequência	Peso	Descrição	Impacto Qualitativo nos Objetivos	Peso
Muito Baixa	Evento extraordinário para os padrões conhecidos da gestão e operação do processo.	1	Muito Baixo	Não afeta os objetivos	1
Baixa	Evento casual, inesperado. Muito embora raro, há histórico de ocorrência conhecido por parte de gestores e operadores do processo.	2	Baixa	Torna duvidoso seu atingimento	2
Médio	Evento esperado, de frequência reduzida, e com histórico de ocorrência parcialmente conhecido.	3	Médio	Torna incerto	3
Alta	Evento usual, corriqueiro devido à sua ocorrência habitual. Seu histórico é amplamente conhecido pelos gestores e operadores do processo.	4	Alta	Torna improvável	4
Muito Alta	Evento se reproduz muitas vezes, se repete seguidamente, de maneira assídua, numerosa e não raro de modo acelerado. Interfere de modo claro no ritmo das atividades, sendo evidentes mesmo para os que conhecem pouco o processo.	5	Muito Alta	Capaz de impedir alcance	5
Quadro 2 – Escala de Impacto					
Descrição	Impacto Qualitativo nos Objetivos	Peso			
Muito Baixo	Não afeta os objetivos	1			
Baixa	Torna duvidoso seu atingimento	2			
Médio	Torna incerto	3			
Alta	Torna improvável	4			
Muito Alta	Capaz de impedir alcance	5			
Quadro 3 - Avaliação dos controles					
Eficácia do Controle	Situação do Controle Existente	Multiplicador do risco inerente			
Inexistente	Ausência completa de controle	1			
Fraco	Em desenvolvimento; informar; sem disseminação; sem aplicação efetiva; quase sempre falha	0,7			
Mediano	Formalizado, conhecido e adotado na prática; funciona na maior parte das vezes; pode ser aprimorado	0,4			
Forte	Mitiga/Evita o risco em todos os aspectos relevantes; sem falhas detectadas; pode ser enquadrado em um nível de "Melhor Prática"	0,1			
Quadro 4 - Escala para classificação de níveis de Riscos					
Risco baixo	Risco Médio	Risco Alto	Risco Extremo		
0 - 2,99	3 - 7,99	8 - 14,99	15 - 25		



RELATÓRIO DE GESTÃO DE RISCOS Nº 1/2025 - CORREG/REI (11.01.18.00.14)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 27/02/2025 10:29)

LUPERCIA DAIANE COLOSSI DAL PIAZ

COORDENADOR - TITULAR

ACPRO/REIT (11.01.18.50)

Matrícula: ###862#4

(Assinado digitalmente em 27/02/2025 11:35)

SANDRA MARA VALERIUS

CORREGEDOR - TITULAR

CORREG/REI (11.01.18.00.14)

Matrícula: ###062#9

Visualize o documento original em <https://sig.ifc.edu.br/documentos/> informando seu número: **1**, ano: **2025**, tipo: **RELATÓRIO DE GESTÃO DE RISCOS**, data de emissão: **27/02/2025** e o código de verificação: **624d0f9309**